ISSN 2237-258X

NAS PÁGINAS DA REVISTA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL/CNER: “PROFESSORAS MISSIONEIRAS”, ENTRE A FORMAÇÃO E A MISSÃO

On the pages of the Magazine National Campaign for Rural Education / NCRE: "Missionary Educators ", between formation and mission

En las páginas de la Revista Campaña Nacional de Educación Rural/CNER: “Profesoras Misioneras”, entre la formación y la misión

Nilce Vieira Campos Ferreira [1]

Cleicinéia Oliveira de Souza [2]

Resumo

Um dos objetivos da Campanha Nacional de Educação Rural – CNER era capacitar e/ou formar professoras/professores para atuar nas zonas rurais com o intuito de melhoria da educação e das instalações escolares rurais com uma concepção explícita de "civilizar o homem do campo". Segundo aqueles que estavam à frente da CNER, docentes que atuavam no meio rural mostravam-se incapazes de prover uma "mudança de mentalidade" ou de promover educação de qualidade para os campesinos. Medidas como: missões rurais, difusão de outros modos de cultura, uso de recursos de ensino como o cinema, organização de centros regionais de formação e treinamento de docentes e técnicos que atendessem a uma pretensa educação de base, entre outros meios de aculturação das comunidades rurais foram utilizadas pela CNER para "educar" a população rural. A campanha desconsiderava assim, tanto se considerarmos a história da organização do ensino, do funcionamento das escolas, dos recursos destinados à instrução pública quanto à formação de docentes, o interesse dos rurícolas, bem como tudo o que se referia ao atendimento da educação rural. Nosso interesse pela temática decorre dessa contradição entre a importância desempenhada pela campanha empreendida pela CNER e a formação de professoras/professores para a atuação no Brasil rural dos anos de 1952 quando a CNER foi implantada a 1963 quando a campanha foi extinta.

PALAVRAS-CHAVE: Curso Normal Rural. Campanha Nacional de Educação Rural. Formação de professoras/professoras brasileiras.

[1] Doutora em Educação pela Universidade de Uberlândia (UFU). Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) /Instituto de Educação (IE)/DTFE/Cuiabá/MT e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE)/Cuiabá/MT, Coordenadora do Centro Memória Viva do Instituto de Educação da UFMT/Cuiabá (CMVIE); Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero (GPHEG). Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367, Bairro Boa Esperança, Cuiabá, Mato Grosso, CEP: 78060-900, tel.: (65) 3365-8369. E-mail: nilcevieiraufmt@gmail.com; ORCID ID: 0000-0002-9165-0011

[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Cuiabá). Bolsista CAPES. E-mail: cleicineiao.souza@gmail.com.ORCID ID: 0000-0003-3052-7754

One of the aims of the National Campaign for Rural Education was to train and/or to form educators to teach at the rural regions aiming at improving education, as well as, the rural school structures having an explicit concept of "civilizing the rural man". According to the professionals who were in charge of the NCRE, the educators who taught at rural areas were unable to promote a "mentality change" or to offer a quality education for the peasants. The arrangements such as: rural missions, diffusion of other modes of culture, use of teaching resources such as cinema, organization of regional centers for formation and training of educators and technicians who attended a pretended basic education, among other means of acculturation of communities were used by the NCRE to "educate" the rural population. Thus, the campaign overlooked, as it was considered the history of the education organization, the functioning of schools, resources for public education, teacher´s formation, the interest of rural people, as well as, everything related to the provision of the rural education. The interest for studying the subject arises on the contradiction between the importance of the campaign assumed by the NCRE and the educators' formation which was aimed at teaching on the rural Brazil in the years of 1952, when the NCRE was implemented in 1963, the period when the campaign was extinguished.

KEYWORDS: Normal Rural Course. National Campaign for Rural Education. Educators' formation/ Teachers Brazilian.

Uno de los objetivos de la Campaña Nacional de Educación Rural – CNER era capacitar y/o formar profesoras/profesores para actuar en las zonas rurales con el propósito de mejorar la educación y las instalaciones escolares rurales, teniendo como base una concepción explícita de "civilizar el hombre del campo". Según aquellos que estaban al frente de la CNER, los docentes que actuaban en las zonas rurales se mostraban incapaces de proveer un "cambio de mentalidad" o de promover una educación de calidad para los campesinos. Medidas como: misiones rurales, difusión de otros modos de cultura, uso de recursos de enseñanza como el cine, organización de centros regionales de formación y entrenamiento de docentes y técnicos que atendiesen a las intenciones de la educación de base, entre otros medios de aculturación de las comunidades rurales, fueron utilizados por la CNER para "educar" a la población rural. La campaña desconsideraba así, tanto si consideramos la historia de la organización de la enseñanza, del funcionamento de las escuelas, de los recursos destinados a la instrucción pública cuanto a la formación de docentes, el interés de los agrícolas, así como todo lo que se relacionaba con el atendimento de la educación rural. Nuestro interés por la temática parte de esa contradicción entre la importancia desempeñada por la camapaña emprendida por la CNER y la formación de profesoras/profesores para la actuación en el Brasil de los años 1952 cuando a CNER fue implementada hasta 1963 cuando la campaña fue extinta.

PALABRAS CLAVE: Curso Normal Rural. Campaña Nacional de Educación Rural. Formación de professoras/profesoras brasileñas.

INTRODUÇÃO

Instale-se: "*Larga campanha de educação para as gentes do campo...* "

> Larga campanha de educação para as gentes do campo devem constitutir os instrumentos mais adequados ao levantamento do nível de vida material e cultural das populações brasileiras [...] Não sendo possível conseguir novos processos de trabalho e melhores condições de vida sem um programa educativo de base, abrangendo o lavrador com sua família e as próprias intituições sociais de sua comunidade, devem, nesse sentido os Ministérios de Educação e da Agricultura articular seus esforços, planos e recursos financeiros e humanos. (VARGAS, 1951, p. 102-103).

No início dos anos de 1951, Getúlio Vargas, Presidente da República no Brasil, instituiu a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER[3]. Amplos esforços foram mobilizados para que as ações empreendidas pela CNER frente à educação rural fossem compreendidas e aceitas como uma forma de valorizar as zonas rurais, pois a educação rural era vista mais como assistência, na qual os responsáveis pela CNER argumentavam "não podemos ficar dando, permanentemente, ao homem do campo e efetuando trabalho puramente assistencial". Desse modo, na concepção do Chefe do Setor de Treinamento da CNER, era preciso educar o rurícola para que ele pudesse ter uma "educação integral, de base. Deve despertar o interesse do rurícola pelas suas lides, dando-lhe consciência do valor e nobreza de seu trabalho" (GAGO LOURENÇO FILHO, 1959, p. 17-18).

Com isso, o ensino, nas extensas áreas rurais brasileiras, foi pensado no âmbito da CNER, como uma educação que fosse integral, de base, pois a escolarização na acepção em vigor durante o período encontrava-se restrita ao alfabetizar, ensinar a ler, escrever e contar, o que poderia ser prejudicial às comunidades campesinas e concorrer para o êxodo rural, pois segundo Gago Lourenço Filho (1956, p. 97), era preciso garantir a colaboração dos professores rurais uma vez que os professores egressos da escolas normais urbanas "prejudicam grandemente o ensino rural quando para este se dirigem" e apenas " com a reunião de esforços de todos os educadores e líderes rurais poder-se-á realizar trabalho profícuo, visando a elevação do padrão de vida do homem do campo".

[3] Esta pesquisa foi desenvolvida como atividade proposta no plano de trabalho do estágio de Pós-doutorado da profa. Nilce Vieira Campos Ferreira realizado na Universidade Federal de Uberlândia, sob a supervisão da Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima. O texto também se inscreve no âmbito do projeto Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX), coordenado por Rosa Fátima Souza Chalouba, Araraquara-SP, 2016.

Logo, a CNER pretendia, não só atuar na educação rural, mas também impor outras medidas tais como instalar escolas, promover a formação de docentes e de cursos de extensão nas comunidades rurais para que as famílias permanecessem no campo e aderissem ao consumo principalmente de insumos agrícolas, bem como instigassem a produtividade agrícola.

No âmbito dessas ações, para a institucionalização efetiva dos cursos encabeçados pela CNER, articulada à assistência técnica e extensão rural, ao longo dos anos de 1950 e 1960, o governo criou as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que depois seriam coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) criada em 21 de junho de 1956.

As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e assessoria na elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. No contexto da polarização política, econômica e militar brasileira, a criação dessas associações se deveu, sobretudo, aos incentivos da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), entidade filantrópica[4]. José Paulo Ribeiro, técnico da ACAR em Minas Gerais, a precursora dessas entidades, relatou que vários percalços tiveram que ser superados para o alcance das atividades previstas tanto pela ACAR quanto pela AIA.

> Dentre esses problemas destacavam-se: a) desconhecimento por parte dos produtores rurais, e mesmo da sociedade, do que era proposto com este tipo de crédito rural denominado supervisionado; b) numa sociedade tradicional e fechada não era simples conseguir reunir o produtor rural, para discutir e traçar um plano simples de administração da propriedade e do lar; c) a falta de insumos necessários para melhoria da produção, não disponíveis no comércio local (RIBEIRO, 2000, p. 36).

Assim, podemos afiançar que coube à CNER também a função de divulgar conhecimentos das práticas agronômicas, da economia doméstica, difundir o consumo de equipamentos e insumos agrícolas, enfim, estimular a tomada do crédito rural, outras práticas agrícolas e de economia doméstica, treinar homens e mulheres para ajudar as famílias rurais a produzirem mais.

[4] *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), cuja iniciativa é atribuída a Nelson Aldrich Rockefeller (1908- 1979), desenvolveu projetos de cooperação técnica no Brasil, principalmente relacionados à agricultura e programas de treinamento durante os anos de 1946 e 1961 (RIBEIRO, 2000).

Além disso, analisamos que cabia formar docentes para atuarem como líderes em suas comunidades. De fato, acreditamos que a CNER defendia o fato de que escolarização dos campesinos serviria para despertar o gosto pelos labores da vida rural. Aliado a essa concepção vigorava na formação docente ofertada a vinculação de que era preciso despertar elevado espírito social, de civismo e implantar a compreensão da função moral e cívica no exercício do magistério e das possibilidades da escola como fator de elaboração cultural e econômica, o que, por sua vez, originaria acentuada influência civilizadora nas comunidades nas quais as/os docentes atuariam.

Para isso, outras medidas foram consideradas essenciais, tais como as missões rurais com a incumbência da melhoria das condições de vida, de organizar e transformar as comunidades rurais, ou seja, obras de canalização de água, de construção de sanitários, de lavadouros, de escolas, de treinamento de professoras, entre outras ações, eram o lado visível das missões das missões culturais empreendidas pela CNER. Ao fundo, o que se pretendia, segundo André Terrise (1956, p. 164) era uma "ação profunda exercida sobre o próprio homem, ação imponderável que imprime à vida um novo sentido". Com isso, " a mudança sofrida tem um poder de choque; o bom educador procurará tirar o melhor proveito possível deste efeito da surpresa. Aproveitará esse traumatismo para influenciar a personalidade".

Aliado ao ato de preparar educadores, líderes e agentes comunitários, subsistia na CNER ainda o objetivo de promover fomento da produção agrícola, o incentivo crédito agrícola, os serviços de assistência e de educação de jovens e adultos analfabetos, centros de treinamento e formação de professoras/professores rurais, ações embora promovessem a difusão do conhecimento, promovessem também alterações no modo de trabalho, na economia, na cultura, na comunidade, enfim profunda transformação das mentalidades campesinas brasileiras.

> A orientação dos lideres locais é de grande importância no trabalho de educação do nosso rurícola. Por intermédio dos lideres podem-se desenvolver atividades educativas na zona rural sem grande dispêndio de energia e com muito maior aproveitamento e rendimento, tendo-se em vista que eles serão focos de disseminação dos conhecimentos adquiridos por vasta área e grande número de pessoas. Impõe-se, portanto, um planejamento para a orientação dos líderes rurais no sentido de que compartilham das responsabilidades da comunidade e trabalhem para o seu melhoramento (GAGO LOURENCO FILHO, 1959, p.18).

Cabia, portanto, às atividades educativas e às escolas no meio rural um papel específico: tornar-se um foco de disseminação de conhecimentos para a formação de pessoas que compartilhassem essas orientações.

Professoras/professores treinadas/treinados nos cursos de extensão ou cursos normais rurais nos Centros de Treinamento da CNER deveriam estimular o "amor" pela vida no campo, auxiliando homens e mulheres na "melhoria" de seu padrão de vida, o que as/os levaria a se interessar pela permanência no meio rural, como descrito por um dos diretores da CNER, Colombo Etienne Arreguy.

> Parece-nos que no que se refere ao Brasil, que a educação do nosso homem rural, o emprego de meios para sua fixação ao solo, para melhor exploração das atividades rurícolas, para lhe despertar o amor à gleba, o prazer no seu amanho e o lucro como resultado de sua faina, constituirão meios para vencer tão grave e tão angustiante problema em nosso país (ARREGUY, 1956, p. 96).

Com isso, a CNER empreendeu uma campanha de formação específica para as professoras rurais para que elas se responsabilizassem e promovessem atividades nas escolas e comunidades nas quais atuavam, tais como círculo de estudos, palestras, conferências, clubes de mães, clubes agrícolas, aulas de campo, enfim promoção de atividades que colaborassem para promover uma ampla transformação cultural do homem e da mulher rural como era intento da campanha. As atividades educacionais e culturais deveriam "despertar" os deveres individuais e cívicos de cada indivíduo, levando brasileiras e brasileiros à aceitação dos programas e projetos propostos pela CNER.

Os trabalhos nas comunidades rurais alcançadas pela campanha foram descritos como uma pujança "de soerguimento do meio rural", para o qual a CNER deveria providenciar " a organização de uma equipe de técnicos que no meio rural, desenvolveriam programas específicos, mobilizando os recursos da comunidade" (RCNER,1956, p. 89).

"Já não se trata mais de alfabetizar..."

Em dezembro de 1951, um relatório apresentado pelo professor Nelson Romero, Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, ao Ministro da Educação brasileiro

Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, descreveu que " já não se trata mais de alfabetizar em massa, construir escolar, espalhar postos de saúde e sim substituir uma cultura por outra mais adequada às condições atuais do mundo". Para este Diretor, era preciso seguir os princípios da Educação de Base, segundo ele, uma realidade mundial e da qual o meio rural brasileiro necessitava. Para tanto, Romero (1954) recomendava ao Ministro da Educação algumas ações, entre elas, a criação de um órgão público ou departamento para coordenar e estimular missões rurais e a criação de centros sociais rurais nas áreas escolhidas em alguns estados brasileiros; formação de técnicos para atuarem na Educação de Base; constituir documentação e realizar pesquisas sobre o meio rural; levanta o nível das instituições e dos técnicos em atuação; apoiar técnica e financeiramente projetos existentes (ROMERO, 1954, p. 185).

Legitimada 9 de maio de 1951 pelo Ministro Ernesto Simões, a CNER surgiu como Campanha de Educação Rural direcionada ao meio rural com a tarefa de empreender "uma profunda renovação dos métodos antigos de educação, segundo os quais educar era ensinar e, no caso muitas vezes ensinar era alfabetizar" (RCNER, 1959, p. 20).

> O objetivo da equipe era muito mais amplo. Era a renovação das técnicas de trabalho, permitindo o acesso a níveis de vida mais consentâneos com a dignidade humana, a educação econômica que ampliasse ou melhorasse o equipamento profissional e aumentasse o rendimento do trabalho, o apelo às energias latentes da solidariedade humana e a capacidade de liderança, o combate à apatia e à renovação das fontes de vida social pelo exemplo, pela iniciativa, pela emulação criadora (RCNER, 1959, p. 20).

A ideia de uma educação rural já havia sido discutida por muitos intelectuais, estadistas e educadores brasileiros. Podemos citar, a exemplo, Sud Mennucci que desde 1920 defendia a necessidade de uma educação voltada para a realidade campesina. Para este autor, cabia ao professor estar inserido ao meio rural e realizar seu trabalho com conhecimento dos acontecimentos do campo. “Só o professor poderá fazê-lo, mas só o fará o professor que também tenha profunda devoção pelo campo, que lhe conheça as belezas e as riquezas que encerra e também as mazelas que esconde” (MENNUCCI, 1934, p. 131).

Mennuci defendia que a transformação cultural do país brasileiro se encontrava "inteiramente voltado para a cidade, para as atividades nobres". Para ele, nosso sistema educativo, atendia a educação nas áreas urbanas e constituía um aparelhamento educacional

com preocupações de índole diversa nas áreas agrícolas existentes no país. Logo, continuavam a " a supor que os trabalhos agrícolas independem de conhecimentos mais fortes que os da rotina e que os meios rurais não carecem de cultura mais solidada da que possuem". Para ele era preciso “pintar de cores diferentes a enferrujada e tosca traquitana do aparelhamento educativo que encontraram e que foram legando de uns para os outros sem outras novidades a mais que uma maior camada de esmalte" (MENNUCCI, 1934, pp.: 129-130).

O regulamento da CNER atribuía como finalidade principal "levar a educação de base ao meio rural brasileiro". Essa educação a ser oferecida obedecia a definição formulada pela UNESCO, conforme constava no of. Unesco, Doc. 6C/PHG 3/p. 3-23-5-52 do *Proyecto especial para la criacion de una red mundial de centros regionales de educación fundamental. Introdución y resumen del plan*, no qual era prenunciado que "o mínimo de educação geral tem por objeto ajudar as crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao maio em que vivem, a formarem uma ideia exata dos seus direitos e deveres individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem" (ROMERO, 1954, p. 184).

Com isso, a educação de base deveria proporcionar apenas o mínimo de conhecimento teórico e técnico indispensável a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com ideais democráticos essenciais ao desenvolvimento dos servicos sanitários, agrícolas e pecuários brasileiros por meio de ações educacionais.

> II Da Educação de Base
> 3 – Essa educação é educação de base porque se destina a proporcionar aos indivíduos e às comunidades o número de conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos e, porque, sem ela, as atividades dos serviços especializados (médicos, sanitários, agrícolas) não seriam plenamente eficazes (RCNER, 1959, p. 26).

Cabia a CNER, portanto, ministrar os conhecimentos básicos de leitura, cálculo e escrita aos rurícolas em seu próprio ambiente doméstico que lhes serviam para a lida diária com o trabalho agrícola, para estimular o consumo e conduzir ao "progresso" econômico das localidades, para ampliar a influência das professoras formadas nos cursos promovidos pela campanha a quem caberia a divulgação dos cursos de extensão dos serviços especializados a

serem ofertados na comunidade. No objetivo do curso de treinamento de professoras rurais municipais e estaduais, com duração de 4 meses, constava " visa dar à professora municipal e estadual conhecimentos que redundem numa melhoria de seu trabalho na escola, quer na sala de aula, quer na necessária extensão de sua influência à comunidade" (GAGO LOURENÇO FILHO, 1956, p. 100).

No entanto apesar do que era descrito em seus programas e ações, a CNER legitimava modalidades de intervenção educacional junto ao meio rural considerado "atrasado" pelos coordenadores da campanha. Missões e formação de professoras, bem como demais atividades de extensão, serviriam muito mais como forma de evitar a fuga dos rurícolas para o mundo do trabalho urbano, o que de alguma forma, contribuiria para formar trabalhadores locais para os latifúndios. Isto é, além de impedir o fluxo migratório das localidades rurais para as cidades, ao mesmo tempo, a CNER desenvolvia seus próprios projetos e colaborava com "outras entidades na formação de auxiliares para meio rural", como dito por Romero (1954, p. 186). Na prática, a campanha serviria para criar uma nova ordem social e cultural à margem das culturas campesinas tradicionais.

Na Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, RCNER (1959), no discurso de inauguração do 1º Centro Regional de Educação de Base em Colatina, Espírito Santo/Brasil, Joaquim Moreira de Sousa, Assistente Técnico do Coordenador da CNER, descreveu que profissionais que atuariam na campanha deveriam ser conveniente treinados de modo a promover a aculturação das comunidades, munindo-se de todos os meios necessários para isso, o que implicava difundir a assimilação de elementos culturais que interessavam aos mentores da CNER em detrimento da cultura própria das comunidades rurais.

> Com maior rapidez e dentro do menor espaço de tempo, para que cessem os motivos de guerra, temos que iluminar muitos cérebros e transmitir a milhões de homens o ensino dos melhores métodos de cultura, notadamente, da conservação ou estabelecimento da fertilidade do solo; o uso de compostos e de adubos; os processos mais racionais de irrigação e de drenagem, bem como o espirito de luta contra a erosão (RCNER, 1959, p. 107).

A campanha empreendida pela CNER conjugava esforços para cooperar com quaisquer outras entidades existentes no meio rural, de modo a realizar um levantamento simultâneo dos padrões sanitários, econômicos e educacionais dos rurícolas em uma área

delimitada, com o objetivo sistemático de "civilizá-lo", "de investigar e conhecer as condições econômicas, sociais e culturais do homem do Campo". (BRASIL, 1952).

Por trás do ideal de atividades de instrução, contudo, escondia-se o objetivo explícito de difundir e ampliar ideias e concepções da CNER tais como, a noção de devotamento ao bem comum. Claro está para nós que tratava-se muito mais de uma forma de retirar do Estado a responsabilidade com as melhorias necessárias ao meio rural, de levar à própria comunidade responsabilizar pelo estabelecimento de serviços sociais, tais como o saneamento de áreas insalubres, aumento de produtividade da produção agrícola, a responsabilidade dos meios preventivos das moléstias que assolavam os campesinos, do melhoramento das condições das moradias, enfim das melhorias de vida no meio rural das quais o poder público queria se isentar.

Os projetos capitaneados pela CNER, direcionados dos EUA para o Brasil e administrados pelo Ministério da Agricultura, admitiam como principal função para os subsídios dos programas educativos o aumento da produtividade do trabalho agrícola.

> Mesmo em se tratando de iniciativas claramente destinadas à maximização da produtividade do trabalho agrícola e da produção de matérias-primas para o consumo norte-americano, todos os projetos eram definidos pela agência e o Ministério como “educativos”, refletindo a inflexão em curso na Educação Rural até então vigente no país (MENDONÇA, 2010, p. 159).

Sob a bordão de elevar o padrão de vida cultural e social do professorado e das comunidades rurais do interior do Brasil, nos Centros de Treinamento e nas Missões Rurais determinadas atividades eram comuns, tais como, a realização de palestras e a distribuição de folhetos divulgando equipamentos, insumos agrícolas e outros aparelhos para o lar. Foi, portanto, uma experiência projetada com finalidades específicas de modificação do meio rural, estímulo ao consumo e submissão aos princípios do capital.

Como uma campanha educacional estabelecidas muito mais como uma maneira de buscar solução para os problemas sociais vivenciados no meio rural a CNER " nasceu num contexto específico, para atender aos interesses dominantes internacionais e nacionais”. (BARREIRO, 1989, p. 112). Na perspectiva dessa autora, a CNER predominou como mais uma campanha de ensino rural direcionada para o capitalismo e não para atender as necessidades do meio rural.

Ainda assim as ações educacionais da CNER colaboraram para a formação de professoras/professores para atuação no meio rural, embora buscando principalmente difundir noções como desenvolvimento e melhoria das condições de vida para as pessoas que viviam no meio rural. Afinal "o papel da escola rural tem que ser mais amplo e atingir as comunidades que estando dentro de seu círculo de influência deverão ser despertadas para uma melhoria de seu padrão econômico, social e cultural" (GAGO LOURENÇO FILHO, 1956, p. 97).

Com isso, podemos assegurar que a campanha se utilizou dessa formação de professoras e da escolarização dos rurícolas como um instrumento para arquitetar e difundir uma visão das localidades rurais vistas como inferiores e carentes e que precisavam ser "beneficiadas", "despertadas" para incentivar o consumo, a aceitação de determinadas ações sociais e culturais, bem como estimular o crédito rural, as importações brasileiras de máquinas e insumos agrícolas oriundos principalmente do mercado norte-americano, entre outras, sobretudo, era certo "capacitá-las para desenvolver, através de suas escolas, atividades educativas, com vistas e melhoria de condições higiênicas, sociais e econômicas das comunidades" (GAGO LOURENÇO FILHO, 1956, p. 98).

"Trazer professoras do interior para as grandes cidades é favorecer a migração para os centros urbanos..."

A CNER teve origem a partir de o Seminário Interamericano de Educação, promovido pela UNESCO e pela OEA em 1949, no Rio de Janeiro que se configurou como momento de reflexão, planejamento e sistematização de diretrizes que projetaram ações iniciais e campanhas de educação rural que avançariam pelos anos 1950. Para os idealizadores dessas campanhas, o homem do campo deveria ser integrado ao meio social por meio de ações solidárias e cooperativistas e pela divisão do trabalho (LEITE, 1999).

Predominava nos anos de 1950, uma relutância de professoras normalistas em atuarem no meio rural, devido principalmente ao fato de as escolas rurais brasileiro não gozarem de prestígio, muito embora, na época abrigassem a maior parte da população brasileira. Diamantina Costa Conceição (1956, p. 169) discutindo a falta de professores com

mentalidade rural apresentou que via uma oposição do "professorado urbano ao ter de decidir por ingressar na carreira na carreira por uma escola da zona rural. Deslocado do meio urbano, sua mentalidade ao invés de se adaptar à mentalidade do meio rural se exaspera e tumultua contra este".

Desse modo, uma das maneiras para evitar que as professoras que atuavam no meio rural migrassem para as cidades usadas pela CNER foi ofertar cursos nas localidades ou o mais próximo possível delas, afinal cabia preparar a/o aluna/aluno para "a vida da comunidade, para viver de acordo com os problemas da região onde nasceu, onde vive" (CONCEIÇÃO, 1956, p. 169).

Considerando, portanto, que não era aconselhável trazer professoras do interior para estudar nas cidades, a CNER fundou Centros de Treinamento em diversas regiões brasileiras, nos quais as professoras poderiam realizar cursos intensivos de treinamento com duração de 03 a 04 meses para voltarem e exercerem suas atividades nas próprias localidades. Foram criados também cursos normais rurais ou regionais.

> Parece-nos inteiramente desaconselhável a prática de trazer essas professoras do interior para treinamento na capital do país por maiores que sejam as facilidades de equipamentos oferecidas por esta. Num país como o nosso, a braços com o drama do êxodo rural, trazer professoras do interior para as grandes cidades é favorecer a migração para os centros urbanos (ROMERO, 1954, p. 186).

A CNER recomendava que a educação deveria ser corroborada e consistente pelos órgãos de educação formal que deveriam prover os recursos necessários como prédios, salas de aula adequadas, material de ensino e formação docente.

> Três tipos de escolas são encontrados: as que funcionam nas chamadas " escolas rurais" em prédios apropriados, construídas segundo o programa do INEP, e, em geral, regidas por professoras diplomadas; outras, também com professoras normalistas, mas funcionando em salas impróprias; e, por fim, as escolas municipais que se localizam em casas sem conforto, sem condições higiênicas, sem material escolar, e confiadas, na maior parte dos Estados, a professoras leigas, moças ou senhoras, quase sempre da própria localidade, sem qualquer formação pedagógica e com escasso preparo intelectual, tendo apenas o curso primário, na maioria das vezes não concluído (SOUZA, 1956, p. 88).

Essa era uma realidade comum no meio rural: prédios, salas de aulas impróprias para o ensino, material didático insuficiente ou inexistente. Sandra Cristina Fagundes de Lima (2004), estudando as escolas rurais em Minas Gerais discorreu que as construções dos prédios

escolares contavam com a colaboração dos homens e mulheres que viviam no meio rural e as despesas para o ensino eram direcionadas aos fazendeiros que colaboravam e muitas vezes mantinhas escolas e salas de aula à suas expensas.

> Simulacro que começava na omissão dos governos em aprovar e implementar políticas públicas de investimento e incentivo à criação de novos estabelecimentos de ensino, assim como de manutenção daqueles já existentes. Preteridas pelo poder político, essas escolas contavam para seu funcionamento com a iniciativa dos fazendeiros que, muitas vezes, assumiam as despesas com a construção dos prédios e/ou liberação de espaço físico nas edificações já instaladas em suas propriedades (LIMA, 2004, p. 29).

A formação e o aperfeiçoamento em larga escala de professoras rurais que não haviam cursado as escolas normais constituiu, por conseguinte, um dos nortes da campanha, na qual os centros de treinamento de professores rurais da CNER deveriam treinar as professoras rurais que não passaram pelas escolas normais.

> "Destinam procuravam, por meio de cursos intensivos de três a quatro meses, dar-lhes noções de pedagogia, higiene, educação sanitária, horticultura, avicultura, economia doméstica, indústria doméstica, artesanato e recreação, a fim de que possam levantar o nível de ensino em suas escolas e, por meio da escola, possam erguer os padrões da comunidade em que habitam" (ROMERO, 1954, p. 186).

Além do treinamento de professoras/professores, os centros de treinamento ministravam cursos de extensão rural destinados aos agricultores e suas famílias, donas de casa, jovens e outros que se interessassem pelo melhoramento da agricultura e do lar, com vistas à elevação da condição de vida da população rural. Enfim, os Centros de Treinamento foram constituídos como um projeto de formação a ser destinado à população rural com intenção de “recuperá-la” por meio de um programa educativo intensivo da CNER, com o objetivo de "melhoria" tanto da produção quanto das condições de vida das comunidades, levando-as a se aquietarem no campo e a aceitarem o que lhes era proposto pelas iniciativas governamentais (FERREIRA, 2014).

Cabe ainda ressaltar que Cursos Normais Rurais pouco se diferenciavam dos cursos de extensão, ministrados com duração de 03 ou 04 meses. No âmbito da CNER, formavam professoras normalistas rurais, em cursos com duração de 18 meses, nível secundário, para a atuação no magistério rural, a par e ao lado da formação geral e do princípio pedagógico do "aprender-fazendo". Essa forma de ensinar foi incorporada pela CNER a partir das experiências realizadas no primeiro Centro Regional de Educação de Base da CNER em

Colatina, Espírito Santo (RCNER, 1959, p. 196).

> Particularmente, através de seus Cursos de Treinamento de Professores Rurais, põe em aplicação o principio pedagógico de "aprender-fazendo", supre, nas professoras-alunas, em caráter deveras intensivo e por processos cada vez mais aperfeiçoados nas técnicas de transmissão de conhecimento, tudo o que as mesmas não conseguiram aprender, dadas as suas condições de residentes nos rincões rurais, desprovidos de meios de cultura (RCNER, 1959, p. 196).

Como nos cursos de extensão, os conhecimentos de ordem teórica relacionados ao aprendizado das matérias do currículo do curso primário incluíam também conhecimentos de "Higiene Rural, Puericultura e Enfermagem, Arte Culinária e Economia Doméstica, Técnicas de Recreação, Organização e Administração Escolar, Noções de Agricultura, Indústrias Rurais, e outros mais" (RCNER, 1959, p. 196).

"Ao fim e ao cabo": propagando um modelo de desenvolvimento...

Nas páginas a Revista Campanha Nacional de Educação Rural - RCNER, avaliamos que uma das principais orientações da Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, desde suas origens em 1952, era dirigir e orientar a formação de professoras "missioneiras[5]" como elemento de cooperação indispensável para a organização e o desenvolvimento das comunidades rurais. Para tanto, procedimentos educativos específicos foram adotados com o intuito de formar uma mentalidade popular, comunitária e associativa nas localidades campesinas, com vistas, principalmente, a frear o fluxo migratório brasileiro intenso do meio rural para o meio urbano, estimular a tomada de crédito agrícola, o consumo de bens e insumos agrícolas oriundos do mercado norte americano.

Por meio das ações educativas, como círculo de estudos, trabalho de campo, debates, mesas redondas, conferências e, em menor escala, projeções de filmes, cujas temáticas abordavam organização das comunidades, técnicas de missão rural, extensão agrícola, sociologia e sanitarismo rural, noções de Psicologia Educacional e Pedagogia,

[5] Missão é uma experiência que implica contato. No caso das professoras missioneiras formadas ou treinadas na CNER, eram elas que deveriam ir ao encontro dos habitantes da comunidade, propagando e divulgando informações a respeito das quais os rurícolas pouco ou nada conheciam, a exemplo, o crédito rural, Sociologia rural, Sanitarismo rural, entre outras.

cooperativismo, industrias, crédito rural, entre outros. Com isso, a CNER atuava no meio rural, incentivava a liderança local, professoras e a juventude para adotarem uma nova atitude frente à comunidade, a sua cultura e tradições.

Propagando a valorização do meio e o preparo da juventude para dotá-la de conhecimento e disposição para se integrar às atividades comunitárias, a CNER promoveu o treinamento, em sua maioria, de professoras rurais, leigas, sem habilitação específica para a atuação no magistério, nos Centros de Formação, nos Cursos Normais Rurais ou Cursos Regionais, de modo a doutriná-las/doutriná-los para a atuação no meio rural com a função intrínseca de difundir conhecimentos e promover a aceitação e receptividade de seus programas e projetos.

Com isso, as professoras missioneiras encontravam-se entre uma missão e a própria formação, pois as práticas "educacionais" propagadas pela CNER difundiram um "modelo" de desenvolvimento que interessava aos governantes e a determinados grupos dominantes agroindustriais brasileiros. Munindo-se de uma campanha educacional para modificação do meio rural, de seus costumes e cultura, a campanha contribuiu para ampliar a aculturação da população nas localidades atendidas, colaborando para a desapropriação da terra, do conhecimento e até mesmo da identidade campesina.

Fundamentada em nossas referências, ponderamos que a CNER cooperou para expropriar saberes das comunidades campesinas, o que as tornou alvos de desígnios do capital, preparando-as para uma pretensa "modernização da agricultura" e para o consumo acelerado de bens, serviços e do crédito rural "necessários à melhoria" do meio rural no qual os campesinos viviam. Para disseminação desses intentos, a CNER capitaneou e treinou professoras e professores nos Centros de treinamento e nos Cursos Normais Rurais, incutindo-lhes uma pretensa e apropriada visão de educação rural como queriam os Ministérios da Educação e da Saúde e da Agricultura brasileiros.

REFERÊNCIAS

ARREGUY, Colombo Etienne. Populações Rurais e Produção Agrícola. *In*: *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,* Brasília, ano 3, v. 3, 1956. pp.: 95- 96.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Educação rural capitalista*: a contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1989.

BRASIL. Decreto nº 38955 de 27 de março de 1956. *Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural* (CNER). 1956. Recuperado de <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/95960-dispue-subre-a-campanha-nacional-de-educauuo-rural-cner.html>. Acesso em: 15 de dez. de 2017.

CONCEIÇÃO, Diamantina Costa. As deficiências de base na educação brasileira, especialmente nas zonas rurais *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,* Brasília, ano 2, v. 2, 1955, pp.: 167-181.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. *Economia Doméstica:* ensino profissionalizante feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG – 1953-1997). 2014. Jundiaí, Paco Editorial.

GAGO LOURENÇO FILHO, Francisco. A valorização das zonas rurais pela educação da liderança local. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,* Brasília, anos 6/7, v. 9, 1959, pp. 17-24.

GAGO LOURENÇO FILHO, Francisco. A valorização do professorado rural através de centros regionais de treinamento de professores rurais. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,* Brasília, ano 3, v. 3, 1956. p.: 97- 103.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural:* urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Escola Rural: História, Memória e Representações. *Cadernos de História da Educação,* n. 3, jan./dez. 2004, pp.: 27-37. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345/350>.

MENDONCA, Sonia Regina. Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). *Tempo* [online]. vol.15, n.29, 2010, pp.139-165. Recuperado de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de março de 2017.

MENNUCCI, Sud. *Crise Brasileira de Educação*. 2 ed. São Paulo, Editora Piratininga, 1934.

RCNER. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural.* Campanha Nacional de Educação Rural - Regulamento. Brasília, anos 6, v. 8, 1959, p. 25-29.

RCNER. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural.* A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) – suas origens, sua vida e seus trabalhos desde 1950 ao 1º semestre de 1959. Origens da Campanha Nacional de Educação Rural. Brasília, anos 6, v. 8, 1959, pp.: 14-23.

RCNER. Resenha de alguns trabalhos da CNER, exclusivamente no meio rural. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,* Brasília, ano 3, v. 3, 1956, p. 64-89.

RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo, Annablume, 2000.

ROMERO, Nelson. Campanha Nacional de Educação Rural. Relatório apresentado ao Ministro da Educação. *In*: *Enciclopédia da Legislação de Ensino.* NÓBREGA, Wandick Londres da (Org). Departamento Nacional de Educação do Ministério de Educação e Saúde. Vol. 2. Rio de Janeiro, 1954, pp.: 184-193.

SOUZA, Luís Rogério de. A missão rural e a escola primária. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,* Brasília, v. 1, n. 4, 1956, pp. 88-92.

TERRISE, André. O sentido Humano da Educação de base. Tradução de Maximiro Nogueira de Medeiros. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,* Brasília, ano 3, v. 3, 1956, p. 164-170.

UNESCO. Recommandations 1934-1977. *Conference Internationale do l''education.* France: Imprimerie de la Manutention à Mayenne, 1979. Disponível em <http://www.unesco.org/education/information/nfsunesco/pdf/34_77_E.PDF>. Acesso em: 03 de março de 2017.

VARGAS, Getúlio. *Mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional*. Apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 de março de 1951, p. 102-103. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1330>. Acesso em: 05/06/2016.

Recebido em:14 de março/2018
Aceito em:17 de jullho/2018